

A SUBJETIVIDADE ATUANTE DO DISCURSO

Maria Cristina de Moraes Taffarello*

RESUMO

Mostrando como a noção de subjetividade da linguagem tem sido explorada nos últimos anos, sobretudo pela Análise do Discurso (AD), queremos ratificar nossa concordância com a tese de que o sujeito, embora heterogêneo, atua com maestria no seu discurso.

PALAVRAS-CHAVE: subjetividade; heterogeneidade; discurso; polifonia; ideologia.

ABSTRACT

Showing how the notion of subjectivity of language has been explored during the last years, mainly by the Discourse Analysis, we want to ratify our agreement with the thesis of the subject who, in spite of his heterogeneousness, knows very well how to act in his discourse.

KEY-WORDS: subjectivity; heterogeneousness; discourse; polyphony; ideology.

Além de abordar as várias teorias que têm delineado o caminho trilhado pela noção de subjetividade na linguagem, nosso objetivo principal é ratificar a tese de que o sujeito é mais do que heterogêneo, pois assume posição no seu discurso, sobretudo no humorístico.

É praticamente incogitável abordar a questão da subjetividade na linguagem sem fazer rápida referência a Émile Benveniste (1966), que dedica toda a seção chamada "O homem na língua" a problemas dessa ordem. Ele define subjetividade como a capacidade que o locutor possui de se colocar como "sujeito". Analisando os pronomes pessoais *eu* e *tu*¹ e os dêiticos, em geral, demonstra que estes partilham do mesmo *status* daqueles pronomes, já que organizam as relações espaço-temporais em torno do sujeito. Podemos dizer, portanto, que esse jogo de reciprocidade, apesar de se manifestar na fala, está inscrito na própria língua².

Tais constatações ajudam a testemunhar que existem, no próprio enunciado, as marcas relativas à enunciação. Num artigo posterior, denominado "L'appareil formel

* Mestre e Doutora em Linguística pela UNICAMP. Professora de Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras Padre Anchieta. Professora do curso de Pós-Graduação em Criatividade e Produção de Textos das Faculdades Padre Anchieta.

¹ Enquanto o *eu* e o *tu* têm marca de pessoa, o *ele* caracteriza-se para Benveniste como a não-pessoa, isto é, aquela que não se refere a um indivíduo específico, mas remete a um objeto existente fora da alocação. Deve-se realçar que a terceira pessoa caracteriza-se somente por oposição à primeira pessoa do locutor que, ao enunciá-la, a situa como não-pessoa. "Esse é seu *status*", afirma Benveniste (1966:292).

² Além de Benveniste, outros lingüistas e alguns filósofos da linguagem, sobretudo J. L. Austin (1962) com sua análise dos verbos performativos e sua teoria geral dos atos de fala, mostram que a língua comporta diversos processos que permitem estabelecer várias relações intersubjetivas.

de l'énonciation", Benveniste (1970) distingue uma lingüística como estudo das formas e uma lingüística da enunciação. Desse modo, a lingüística passa a estudar os mecanismos pelos quais o falante, apropriando-se da língua, transforma-a em discurso. No processo mesmo da enunciação, ao instituir-se um *eu*, institui-se necessariamente um *tu*. "Mas imediatamente, desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o *outro* diante de si (...). Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocução – ela postula um alocutário." (Benveniste 1970:84).

Não se pode, porém, deixar escapar a observação de que, mesmo afirmando que a enunciação é a "*acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo" (Benveniste 1970:87), Benveniste elege o EGO como o centro da enunciação, pois o "locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro." (Benveniste 1970:84).

Benveniste é sem dúvida um pioneiro da análise do discurso, na medida em que desenvolve a noção de enunciação, que é apropriada de diversas maneiras por autores diversos, de Foucault a Pêcheux. Pode ser considerado, de certa forma, o reintrodutor³ da subjetividade na linguagem, mas, apesar de seu brilhantismo, é justamente neste ponto que sofre as maiores críticas: é necessário considerar o *tu* não apenas como uma figura a complementar o *eu*, mas sobretudo como elemento constitutivo da subjetividade. Orlandi (1987:34) por exemplo, assim se posiciona: "(...) o que propomos é que se considere o outro pólo, o do *ouvinte*, e se procurem suas marcas, as formas lingüísticas que revelam seu papel. (...)". E vai mais longe, recorrendo à asserção: "Onde está a linguagem, está a ideologia. Há confronto de sentidos, a significação não é imóvel e está no processo de interação locutor-receptor, no confronto de interesses sociais. Portanto, dizer não é apenas informar, nem comunicar, nem inculcar, é também reconhecer pelo afrontamento ideológico."

Numa visão de discurso posterior à benvenistiana, a noção de subjetividade foi alterada pela corrente francesa de Análise do Discurso, fortemente influenciada pelo conceito de *ideologia*, sobretudo como elaborado por Althusser, e pelo de *discurso*, tratado largamente por Foucault. Alicerçando-se em tais conceitos, Pêcheux elabora sua teoria. A noção de *formação ideológica* (FI), definida como "um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais mas se reportam, mais ou menos diretamente, às *posições de classe* em conflito umas com as outras." (Haroche *et alii*, 1971:102).

No artigo "Idéologie et appareils idéologiques d'État", Althusser⁴ escreve: "Como todas as evidências, incluindo aquela segundo a qual uma palavra 'designa uma coisa' ou 'possui uma significação', ou seja, incluindo a evidência da transparência

³ Dizemos *reintrodutor* da subjetividade na linguagem por considerar, por exemplo, a obra anterior de Bréal, sobretudo *Ensaio de Semântica* publicado em 1897, em que demonstra, no capítulo "Elementos subjetivos", que a língua tem formas próprias (advérbios, modos e tempos verbais, pronomes pessoais etc.) de marcar a presença do elemento subjetivo. A esse respeito, não se pode deixar de mencionar também o papel relevante, para não dizer fundamental, de Bakhtin (1929).

⁴ Louis Althusser, "Idéologie et appareils idéologiques d'état, *La Pensée*, 151, junho 1970, p. 30.

da linguagem, esta evidência de que eu e você somos sujeitos – e que este fato não constitui nenhum problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar.” E mais: “A ideologia não existe senão por e para os sujeitos.” Pêcheux (1988:183) retoma uma interessante citação de Althusser a respeito da expressão “forma-sujeito”: “Todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da *forma de sujeito*. A ‘forma-sujeito’, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo agente das práticas sociais.⁵ Dessas formações ideológicas fazem parte, enquanto componentes, uma ou mais formações discursivas interligadas. Em outras palavras, as formações ideológicas governam os discursos, determinando “o que pode e deve ser dito” a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada.

Em relação à noção de *formação discursiva* (FD), Foucault⁶ a entende como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa.”

A partir dessas noções, Pêcheux, no texto *A análise de discurso: três épocas* (1983), resume o que denomina a AD da primeira época (AD-1), de base estruturalista, cuja noção de sujeito é concebida como uma “subjetividade assujeitada” às imposições da formação ideológica e da formação discursiva: “Os sujeitos acreditam que ‘utilizam’ seus discursos quando na verdade são seus ‘servos’ assujeitados, seus ‘suportes’”. Em relação à AD da segunda época (AD-2), Pêcheux reconhece a relativização desses conceitos, pois a formação discursiva está em relação paradoxal com seu “exterior”: uma formação discursiva não mais deve ser concebida como estruturalmente fechada, já que é constitutivamente “‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob a forma de ‘pré-construídos’ e de ‘discursos transversos’)” (Pêcheux, 1983:314).

A noção de *interdiscurso* entra em cena para designar o “exterior específico” de uma formação discursiva que irrompe no interior dessa mesma formação. Simultaneamente, descobrem-se “os pontos de confronto polêmico nas fronteiras internas da FD, as zonas atravessadas por toda uma série de efeitos discursivos, tematizados como efeito de ambigüidade ideológica, de divisão, de resposta pronta e de réplica ‘estratégicas’.” (Pêcheux, 1983:314)

E a noção de sujeito do discurso? Se Pêcheux (1983), na primeira fase da AD, considera sentido e sujeito como constituintes de um processo simultâneo por meio da figura da interpelação ideológica (Althusser, 1970), pouca coisa muda na segunda fase: “A questão do ‘sujeito da enunciação’ não pode ser posta no nível do AD-2

⁵ Tal citação se encontra no texto da “Réponse à John Lewis”, publicado em 1970 na revista *La Pensée* nº 151, traduzido em português pela Graal, 1978 (p. 67).

⁶ *L’archéologie du savoir*, Paris, Gallimard, 1969:153 (traduzido em português pela Forense-Universitária, 1986).

senão em termos da ilusão do 'ego-eu' ['moi-je'] como resultado do assujeitamento (...) freqüentado pelo tema spinozista da *ilusão subjetiva* produzida pela 'ignorância das causas que nos determinam'." (Pêcheux, 1983:314).

Tal sujeito opera em dois níveis de esquecimento, segundo Fuchs e Pêcheux (1975):

a) Esquecimento nº 1: num nível inconsciente, ideológico, em que o sujeito "esquece", apaga qualquer elemento que remeta ao exterior de sua formação discursiva, "aceitando" certa seqüência lingüística e "recusando" outra a fim de produzir determinados sentidos;

b) Esquecimento nº 2: num nível pré-consciente ou consciente, em que o sujeito enunciativo coloca fronteiras entre "o que pode e deve ser dito", quando, no interior da formação discursiva que o domina, constitui seu enunciado, elegendo algumas formas e ocultando outras. Essa operação dá ao sujeito a ilusão de que seu discurso reflete o conhecimento objetivo que tem da realidade, de que é senhor de sua palavra, origem e fonte de seu sentido. A idéia básica, sugerida sobretudo por Foucault, é expressa pela palavra "dispersão": o sujeito é uma função⁷, sendo que pode estar em funções diversas, segundo os papéis institucionais.

Pelo fato de que se questionou a própria concepção de formação discursiva, Pêcheux considera que a AD entra em nova fase, a da heterogeneidade discursiva: "Assim, a insistência da alteridade na identidade discursiva coloca em causa o fechamento dessa identidade, e com ela a própria noção de maquinaria discursiva estrutural... e talvez também a de formação discursiva." (Pêcheux, 1983:315). Trabalhos de Foucault, Bakhtin, Lacan, Authier-Revuz, Ducrot e outros apontam, cada um a seu modo, para a polifonia, como uma marca característica do discurso.

Os enunciados de cada discurso têm um percurso que faz com que carreguem a memória de outros discursos. Pêcheux (Pêcheux, 1983:316-7) tematiza, assim, as formas lingüístico-discursivas do *discurso-outro*:

– *discurso de um outro, colocado em cena pelo sujeito, ou discurso do sujeito se colocando em cena como outro (cf. as diferentes formas de "heterogeneidade mostrada")*;

– *mas também e sobretudo a insistência de um "além" interdiscursivo que vem, aquém de todo autocontrole funcional do "ego-eu", enunciativo estratégico que coloca em cena "sua" seqüência, estruturar esta encenação (nos pontos de identidade nos quais o "ego-eu" se instala) ao mesmo tempo em que a desestabiliza (nos pontos de deriva em que o sujeito passa no outro, onde o controle estratégico de seu discurso lhe escapa).*

Authier-Revuz, por sua vez, com base na concepção dialógica de linguagem formulada por Bakhtin e numa perspectiva exterior à Lingüística, mostra como a Psicanálise altera a noção de sujeito, na esteira do pensamento psicanalítico, para

⁷ Esse funcionamento do sujeito se origina, segundo Pêcheux (1969), na hipótese estruturalista de que a língua é um sistema e o sujeito a recebe pronta.

o qual o sujeito é dividido em consciente e inconsciente. Freud (1905) nos dá vários exemplos, entre os quais podemos “re-citar”: um professor que se julgava o único perito num assunto disse: “... os especialistas em x podem ser contados em só dedo, quero dizer, nos dedos da mão”. (Freud, 1901:106). Exemplos como este atestam que, algumas vezes, o *ego* dá lugar ao *id*, isto é, quem fala é o inconsciente.

Em seus trabalhos, Authier-Revuz (1982 e 1990) tem analisado as formas quicá problemáticas da “*heterogeneidade mostrada*”, que inscrevem o outro na seqüência do discurso (discurso direto, aspas, formas de retoque ou de glosa, discurso indireto livre e ironia) relativamente ao estatuto das noções enunciativas (distância, comprometimento, polifonia etc.). Maingueneau (1993) retoma tal estudo para as questões da polifonia, incluindo a ironia, a pressuposição, a negação, o discurso relatado (discurso direto e indireto; questões ligadas às noções de intertexto e intertextualidade⁸), as palavras entre aspas (que acumulam, ao mesmo tempo, menção e uso), o metadiscurso do locutor (glosas), a parafraseagem, o discurso indireto livre, a citação de autoridade, o provérbio e o slogan, a imitação (a captação e a subversão), o pastiche.

Em todos esses casos, testemunhas da presença do outro no discurso, as referências à noção de formação discursiva são inevitáveis, na medida em que identificam rupturas na noção de uma formação discursiva hermética. Pode-se relacionar de forma produtiva as noções de heterogeneidade e de formação discursiva. Vejamos o que diz Maingueneau (1993), a respeito de algumas formas de heterogeneidade, sempre relacionadas ao conceito de “formação discursiva” (expressão sublinhada por nós):

- (...) as aspas designam a linha de demarcação que uma formação discursiva estabelece entre ela e seu “exterior” (...) Uma formação discursiva se estabelece entre esses dois limites, a saber, um discurso totalmente entre aspas, do qual nada é assumido, e um discurso sem aspas que pretenderia não estabelecer relação com o exterior (Maingueneau, 1993:90);

- Como observa J. Authier, assiste-se, assim, à dupla afirmação da unidade da formação discursiva; em primeiro lugar, porque a glosa faz acreditar que é possível circunscrever a indeterminação do discurso, o erro, o deslizamento, etc.; em segundo lugar, porque o encaminhamento a um exterior explicitamente especificado ou por especificar determina automaticamente, por diferença, um interior, o do discurso (...). Através de seu poder metadiscursivo, o sujeito denega o lugar que lhe destina a formação discursiva em que se constitui: em lugar de receber sua identidade deste discurso, ele parece construí-la, ao tomar distância, instaurando ele mesmo as fronteiras pertinentes. (Maingueneau, 1993:94-5);

⁸ Maingueneau (1993:86) define *intertexto* de uma FD “o conjunto dos fragmentos que ela efetivamente cita” e *intertextualidade*, “o tipo de citação que esta formação discursiva define como legítima através de sua própria prática. Além dos enunciados citados há, pois, suas condições de possibilidade.”

Ao lado dessas marcas da heterogeneidade mostrada, há diferentes modos de negociação do sujeito falante com a *heterogeneidade constitutiva* do seu próprio discurso. Descrevendo diferentes, porém solidárias ordens de realidade dessa dupla heterogeneidade, assim se expressa Authier-Revuz (1990:32): “Face ao ‘isso fala’ da heterogeneidade constitutiva responde-se através do ‘como diz o outro’ e ‘se eu posso dizer’ da heterogeneidade mostrada, um ‘eu sei o que eu digo’, isto é, *quem* fala, eu ou um outro, eu sei *como* eu falo, como utilizo as palavras.” Privilegiando o interdiscurso sobre o discurso, Maingueneau (1993) recorre a abordagens de diferentes autores, entre os quais J. J. Courtine, que nos leva a entender a relação entre memória e discurso. A noção de formação discursiva é definida a partir de seu interdiscurso. Assim se expressa Courtine (1981:24):

O interdiscurso consiste em um processo de *reconfiguração incessante* no qual uma formação discursiva é levada (...) a incorporar elementos pré-construídos, produzidos fora dela, com eles provocando sua redefinição e redirecionamento, suscitando, igualmente, o chamamento de seus próprios elementos para organizar sua repetição, mas também provocando, eventualmente, o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação de determinados elementos.

Portanto, a noção de *memória discursiva* enlaça a de formação discursiva, já que naquela há “formulações que repetem, recusam ou transformam outras formulações” (Maingueneau, 1993:115). Tal noção de memória não é aquela abordada pela Psicologia ou pela Psicolinguística, mas se refere à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos.

Fundamental neste momento é resumir a argumentação de Possenti (1995) no artigo, cujo título é intrigante: “O ‘eu’ no discurso do ‘outro’ ou a subjetividade mostrada”. Embora de acordo com as premissas da AD francesa, analisa alguns dados, tipicamente textos humorísticos curtos, para sustentar a hipótese de que “a presença do outro não pode eliminar a necessidade de invocar também o trabalho do sujeito falante” (Possenti, 1995:45). Na verdade, acredita que o eu se alia ao outro ao invés de se anular em sua presença.⁹Assumindo que a maneira de se libertar do poder dos discursos é *jogar* com a materialidade lingüística, isto é, o significante, mostra que isso só é possível com a atuação do eu discursivo. Entre outros exemplos, destacamos: “O Senhor é meu pastor e nada me faltará” (extraído da primeira página do *Planeta Diário*, v. 4, n. 58, de novembro de 1989). Embora fique evidente a presença da heterogeneidade, já que faz surgir um outro discurso, bíblico: “O Senhor é meu pastor e nada me faltará”, vale perguntar qual a relação entre esses dois enunciados? Possenti demonstra que “sob a forma do jogo, inscreve-se um sujeito

⁹ Há casos extremos em que a presença do outro é marcante, revelando os *topoi* correntes, as verdades aceitas por todos, como no caso: *a bebida faz mal à saúde*. “Outros exemplos poderiam ser colhidos em qualquer campo, como o da culinária, o da educação dos filhos, dos hábitos de alimentação, sono ou vestimenta; o do futebol, da política, da economia etc., isso sem mencionar os provérbios” (Possenti, 1995:49).

tentando não deixar intocado um discurso de poder, no caso um discurso de poder no sentido mais tradicional, o político.” (Possenti, 1995:50). Sendo mês das eleições presidenciais de 1989, tal enunciado funciona também como crítica à jogada política que foi a venda, feita por um candidato pastor, de um pequeno partido a outro candidato, publicamente conhecido por Sílvio Santos, mas cujo nome real é Senhor Abravanel. E “esse texto acaba por dizer quem é o verdadeiro pastor deste pastor: não o da Bíblia, não Deus, mas a Mamona, não o Senhor, mas o Senhor etc.” (Possenti, 1995:51). Para Possenti, a estratégia do eu é a de apresentar-se sutilmente como um outro, alterando o discurso deste e deixando-lhe as marcas de sua presença ativa e criativa.

Insistindo na tese da atividade do sujeito, como visto, e defendendo, seguindo de certa forma Maingueneau (1984), a relevância de uma certa noção de competência discursiva desse sujeito para pôr-se à distância (de si mesmo e do seu discurso), Possenti (1999:156) aprofunda sua tese. Não só aduz mais exemplos nessa mesma direção, mas também explora à sua maneira a noção de heterogeneidade mostrada, proposta por Authier-Revuz (1982), embora esta autora deixe claro seu desinteresse “em participar da operação de salvamento do sujeito”, sobretudo nas análises da “complexidade enunciativa”, que relevam a noção de distância. Essa hipótese proposta por Possenti não implica aceitar que o sujeito esteja na origem do discurso, mas apenas aceitar que, embora “isto fale sempre antes, alhures e independentemente”, ou seja, que o interdiscurso seja constitutivo, o sujeito pode assumir, em relação a ele, posições que não se resumem a “ser falado.” Um campo fértil para testar tal hipótese, segundo esse autor, são os textos humorísticos, sobretudo as piadas:

Há bons indícios de que tanto quem conta ou faz uma piada, quanto quem a entende, parece postar-se a meio caminho entre a linguagem e a metalinguagem, na medida em que o gênero exige uma análise não banal do material lingüístico e, eventualmente, sua conexão com a situação ou com outros textos. (Possenti, 1999:158).

Nas observações sobre a noção de glosa, Maingueneau (1993), já abordado, oferece apoio a esta tese, pois o sujeito, atuando através do metadiscurso, explicita seu lugar na formação discursiva em que se constitui, deixando marcado explicitamente seu pertencimento a determinado discurso.

Nossa convicção é a de que toda piada funciona de certa forma como metalinguagem da própria linguagem, isto é, rearranjo do significante, empenho na forma, na função estética, para chegar a vários outros objetivos, além de fazer rir: persuadir, alertar, desabafar...

Todas essas considerações são férteis na medida em que, além de delinear, embora palidamente, o percurso, trilhado pela noção de subjetividade, da unicidade para a difusão, também permitem conceber um sujeito em toda sua complexidade. Associando-se a isso, as noções de formação discursiva e ideológica, escancaradas pela chave da interdiscursividade, ratificam que as variações de sentido são

inevitáveis e quase deixam entrever a magia dos fenômenos da linguagem, entre os quais a polifonia, mesmo porque as múltiplas vozes ecoam em uníssono com a voz do eu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTHIER-REVUZ, J (1982) Hétérogénéité montrée et constitutive: elements pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLAV*, Paris, (26): 91-151.

____ (1990) Heterogeneidade(s) enunciativa(s) *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas (19): 25-42, jul/dez.

BENVENISTE, E. (1966) *Problemas de Lingüística Geral I*, 2. ed. Campinas, Pontes, 1988.

____ (1970) "O aparelho formal da enunciação." In: *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas, Pontes, 1989.

COURTINE, J. J. (1981) Analyse du discours politique. *Langages* (62).

FREUD, Sigmund. (1905) *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Rio de Janeiro, Imago, 1977.

FUCHS, C. & PÊCHEUX, M. (1975) A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas In:-. GADET, F. & HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas, UNICAMP, 1993 (Coleção Repertórios) p. 163 - 252.

HAROCHE, C, HENRY, P, PÊCHEUX, M. (1971) La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. *Langage*, Paris: Larousse (24).

MAINGUENEAU, D. (1993) *Novas tendências em análise do discurso*. 2. ed. Campinas, Pontes, 198 p.

ORLANDI, E. P. (1987) *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2. ed. Campinas, Pontes.

PÊCHEUX, M. (1983) A análise do discurso: três épocas . In:-. GADET, F. & HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas, UNICAMP, 1993 (Coleção Repertórios) p. 311 – 19.

- ____ (1988) *Semântica e discurso; uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, UNICAMP (Coleção Repertórios).
- PÊCHEUX, M. (1995) *O “eu” no discurso do “outro” ou a subjetividade mostrada*. *Alfa*, São Paulo, UNESP, (39): 45-55.
- ____ (1999) O sujeito e a distância de si e do discurso. In: *Anais do seminário do GEL*. Bauru, Universidade do Sagrado Coração, v. 28, p. 156-161.